

“A MISÉRIA DA TEORIA” – O DEBATE DE HISTORY WORKSHOP *

Maria Célia M. de Moraes
Ricardo Gaspar Muller
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O artigo discute os principais momentos de um painel organizado para debater *The Poverty of Theory*, de E.P. Thompson, em Oxford (1979), do qual participaram Stuart Hall, Richard Johnson e o próprio Thompson. A exposição divide-se em três partes: em primeiro lugar, situa os antecedentes que levaram à discussão do livro. Em segundo, acompanha os argumentos dos dois debatedores e pontua suas críticas a aspectos dentro e acerca do marxismo thompsoniano. Finalmente, expõe a resposta de Thompson com a reafirmação de sua crítica ao althusserianismo e seu posicionamento contra a acusação de “culturalismo”.

Palavras-chave: Classe – Culturalismo – Experiência – Teoria.

Abstract**

The article aims to sum up some of the most important moments of the last session of the 13th *History Workshop* Seminar, which took place in Oxford, December 1979. This round-table was especially devoted to debate E.P. Thompson’s seminal *The Poverty of Theory*. In this panel Stuart Hall and Richard Johnson addressed their comments on Thompson’s book and then Thompson responded to their papers. The article seeks to present the principal reasons that provoked the debate around the book; the settings of the Seminar; the main grounds of the critiques addressed by both commentators, Hall and Johnson, and Thompson’s own arguments as well – particularly those related to Thompson’s concepts of class, culture and experience, and themes concerning theory, Marxism, althusserianism and culturalism.

Key-words: Class – Culturalism – Experience – Theory.

* Esse artigo é resultado de projeto apoiado pelo Funpesquisa/UFSC (2005/2006).

** Tradução: Maty Gueye.

O objetivo deste artigo é o de situar parte da polêmica gerada em torno da publicação de *The Poverty of Theory (A Miséria da Teoria)*, de E. P. Thompson, por meio de um breve resumo dos principais temas do “Debate de Oxford”, realizado em dezembro de 1979, um ano após sua publicação. O debate fez parte da programação do Seminário, sob a coordenação de Raphael Samuel, promovido pelo Ruskin College e pelo grupo “History Workshop” (que edita o periódico com o mesmo nome).¹ Participaram Stephen Yeo, como presidente do painel; Stuart Hall,² com o trabalho “In Defense of Theory”; Richard Johnson,³ com o texto “Against Absolutism” e E. P. Thompson, com “The Politics of Theory”, onde responde aos dois debatedores.

Samuel (1981, p. 376) aponta duas causas imediatas para a inclusão do debate na programação do Seminário. A primeira, um documento de crítica à historiografia marxista britânica preparado por uma equipe do grupo “Centre for Contemporary Cultural Studies”, ligado à Universidade de Birmingham, que circulou mimeografado no primeiro semestre de 1978. Ao final desse mesmo ano, parte desse documento, assinado apenas por Richard Johnson (1978, p. 79-100) foi publicada em *History Workshop Journal*, em seu número 6, sob o título “Thompson, Genovese and Socialist-Humanist History”, com o objetivo de polemizar com *The Poverty...*, antes mesmo de seu lançamento. Conscientes da controvérsia que provocavam, os editores da revista incentivaram comentários ao artigo de Johnson, publicados nas edições subsequentes do periódico.⁴ A segunda causa seria a própria publicação, em novembro de 1978, de *The Poverty of Theory*, de Thompson, “um ataque geral ao estruturalismo marxista francês e a seus seguidores ingleses”. O debate do Seminário visou “questionar o ataque” de E. P. Thompson à influência althusseriana na produção historiográfica no contexto da polêmica criada em torno do livro.

Mas há, ainda de acordo com Samuel (1981, p. 376), uma causa anterior referente a outros e mais antigos acontecimentos: a divisão política e intelectual da ‘new left’ inglesa iniciada em meados da década de 1960. Como se sabe, o choque entre a chamada história britânica de tradição materialista e a incorporação de tendências teóricas que permitiam leituras não ortodoxas de aspectos fundamentais da história da Inglaterra (Revolução Burguesa; “crise” agrária; formação da classe trabalhadora; organização dos partidos), contribuiu para a eclosão de crises no interior do grupo da ‘new left’, em meados daquela década. Por outro lado, a proposta de releitura da história inglesa de Tom Nairn e Perry Anderson, em seus artigos na *New Left Review*, desencadeou uma séria divergência no grupo e decisivos posicionamentos de Thompson e seu grupo.⁵ Em alguma medida, todos os trabalhos apresentados no painel dedicado a *The Poverty...* fazem referência a algum desses acontecimentos. Resumimos aqui os principais pontos discutidos, seguindo a ordem de apresentação dos debatedores, que é também a dos artigos publicados no livro organizado por Samuel.

Stuart Hall (1981, p. 378-379) reconhece a edição de *The Poverty...* como um dos mais notáveis eventos político-intelectuais do final da década de 1970, desde seu lançamento uma forte influência no debate intelectual de esquerda. Os principais argumentos de sua exposição têm como eixos pontuar um certo viés empiricista na obra de Thompson e, por via de uma leitura positiva de Althusser, apresentar uma defesa da teoria. Hall lembra que o clima intelectual do final da década de 1970 mostrava-se inóspito ao caráter teórico e abstrato dos textos althusserianos uma vez que, face ao thatcherismo, ao monetarismo e à ascensão da direita, pesquisadores voltavam-se a análises mais “concretas” e empíricas. A seu ver, se em tese essa tendência talvez pudesse ser considerada louvável, arriscava-se a se fazer acompanhar por uma recusa à teoria. Sua pergunta a Thompson é se por ventura *The Poverty...*, com sua ênfase na experiência, não estaria contribuindo para que tendências antiteóricas já superadas fossem recolocadas em cena. A seu ver, o livro de Thompson mesmo não inaugurando o recuo do teorismo, com certeza lhe havia desferido o “golpe de misericórdia”.

Hall (1981, p. 379-380) concorda com Thompson que o althusserianismo – no sentido de um evangelho ou doutrina – e suas vertentes “vulgares” contribuíram para desfigurar e degradar o debate marxista. No entanto, contra Thompson, ele reconhece a contribuição de Althusser em estabelecer os termos de um importante debate dentro e acerca do marxismo, alguns dos quais talvez inadequados ou equivocados, mas outros absolutamente procedentes. O caráter excessivamente polêmico de *The Poverty...*, indica Hall (1981, p. 381), perde de vista esse aspecto positivo e, por causa de seu tom agressivo, Thompson substitui uma forma de brutalidade intelectual por outra. Ao optar por esse estilo, ele continua, Thompson simplifica posições e argumentos complexos, ultrapassa limites e não aprofunda questões fundamentais, como por exemplo, a problemática do empiricismo e as reais dificuldades de conciliação entre teoria e prática marxistas. “Thompson sabe perfeitamente bem que estas questões existem”, argumenta Hall e, “ao não fazer justiça a seu adversário, acaba não fazendo justiça a si mesmo”.

Ademais, segundo Hall (1981, p. 381-382), a polêmica obscurece convergências entre Thompson e Althusser, como, por exemplo, quando refutam as tendências reducionistas e economicistas do marxismo ortodoxo e reconhecem a importância das contribuições de Engels, mesmo discordando da solução por ele proposta. Por outro lado, observa Hall, se a posição althusseriana a respeito da história é indefensável, há também problemas reais na proposta thompsoniana de um “diálogo entre modelo e evidência” – base de seu método histórico. Tal proposta, interpreta Hall, impede Thompson de proceder metodologicamente por meio da abstração, uma vez que compreende a história como uma totalidade complexa vivida cuja “evidência” oferece seu significado transitivamente, sem a mediação

de conceitos: ela fornece seus próprios modelos. Hall vê em Thompson uma “evidência” da separação, no nível teórico, entre “pensamento” e “realidade” que traz, como consequência, uma teoria “empiricista” do conhecimento.

De acordo com Hall (1981, p. 383), em *The Poverty...* este problema relaciona-se a outros dois: o status da história enquanto tal e o problema da “experiência”. Sem dúvida, concede Hall, o conceito de experiência oferece um importante contraponto aos althusserianos, para os quais a experiência é puramente ideológica e a classe, mero depositário do processo histórico, processo que prescinde de “sujeitos”. Concorde que o marxismo não pode deixar de problematizar a categoria de “experiência”, pois toda a “experiência” é carregada de aspectos culturais e ideológicos. Se esse fato, por certo, não a transforma em falsa consciência, inevitavelmente compromete a noção de que “pode ser lida somente em seu significado e não interrogada em seu complexo inter-relacionamento com elementos reais e ideológicos”. Segundo Hall, esse problema não teria sido superado na obra thompsoniana.

Hall (1981, p. 385) conclui sinalizando que, em geral – a despeito de sua magistral polêmica, de seu engajamento em debelar o althusserianismo vulgar, sua paixão socialista e sua rica imaginação histórica – Thompson evadiu-se das questões teóricas e políticas contemporâneas: “Sua brutal desconsideração de tudo que tem acontecido, política e teoricamente desde (1956) (...) constituiu-se em uma cegueira intrigante em um historiador tão sofisticado e sutil”. Ao fim e ao cabo, pondera Hall, Thompson não escapa a uma equivalência de sectarismos – o absolutismo da “Teoria” de Althusser e o absolutismo implícito na “Miséria” de Thompson.

O segundo debatedor, Richard Johnson (1981, p. 386-389), também critica a tendência, apontada por Hall em *The Poverty...*, de Thompson construir discordâncias absolutas e fazer opções definitivas por um dos lados da contenda. De seu ponto de vista, foi um ato absolutista dispensar, como o faz Thompson, o que se aprendeu do althusserianismo em nome de um retorno à “história”, ou ser forçado a escolher “entre um althusserianismo completamente mecânico, irracional, elitista, idealista e stalinista e uma tradição de pesquisa histórica que é a verdadeira herdeira do materialismo histórico”. Além do mais, segundo Johnson (1981, p. 389), o método adotado em *The Poverty...* produz julgamentos arrogantes e ingênuos, que não permitem traços de autocrítica.

Mas há um mote, quer nos parecer, a guiar a intervenção de Johnson (1981, p. 391-392). Retomando os acontecimentos dos últimos vinte anos no âmbito da esquerda inglesa, ele estabelece relações entre dois “momentos históricos” que denomina de “Momento da Cultura” e “Momento da Teoria”. O primeiro, afirma, ocorre entre o final da década de 1950 e meados dos anos de 1960 e, do ponto de vista político, inclui a cisão no Partido Comunista, a história da “velha” ‘new left’,

a luta contra “a bomba”, os experimentos políticos ao redor do periódico *New Reasoner*, da antiga *New Left Review* e do *May Day Manifesto* (1968). Intelectualmente falando, argumenta Johnson, foi um período caracterizado pelo nascimento dos “estudos culturais”, pela “história da *New Left*” e pelas historiografias caracteristicamente “sociais” do período. Os textos “chave” da época, a seu ver, são *The Making of the English Working Class* de Thompson (1963), *Uses of Literacy*, de Richard Hoggart (1958) e os primeiros trabalhos de Raymond Williams (1961, 1963). Thompson, nessa ótica, estaria inaugurando o culturalismo na historiografia inglesa.

Ainda de acordo com Johnson (1981, p. 392), a característica principal dos trabalhos desse período é a centralidade da experiência vivida, seja pela elaboração da cultura (Williams) ou por uma recuperação, à luz da cultura, da categoria marxista da consciência de classe (Thompson). No entanto, afirma o debatedor, os representantes do “Momento da Cultura” não foram além de um simples populismo, falhando em efetivar uma análise mais consistente das diferentes posições e necessidades de “seções” do povo. A ênfase na “experiência”, por outro lado, ao introduzir uma preocupação com os aspectos culturais e com a luta ativa consciente, descuidou-se de categorias econômicas estruturais que, para Johnson, poderiam tornar mais compreensíveis as transformações das sociedades capitalistas.

De todo modo, afirma Johnson (1981, p. 392-393) o “Momento da Cultura” foi mais intelectual que político e no máximo ampliou o grupo de esquerda, permanecendo, no entanto, com o mesmo dilema da antiga *New Left*. A seu ver, a problemática da cultura e a da consciência de classe, tal como foram desenvolvidas nos textos daquele período, não foram capazes de impedir o fortalecimento da direita e o surgimento do populismo autoritário. Na verdade, a “radicalização” de intelectuais se fez acompanhar de uma erosão do socialismo popular.

O segundo momento apresentado por Johnson, o “Momento da Teoria”, situa-se entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970. O período é caracterizado por uma imagem de diversidade e fragmentação: das autonomias políticas do povo negro e das mulheres, a divisão entre o lado mais “acadêmico” do movimento, preocupado com o desenvolvimento da teoria e da análise, e o ativismo popular em suas formas trabalhistas e comunitárias. Simultaneamente à entrada em cenas das novas formas políticas, tem início o declínio das idéias e das práticas associadas ao Partido Comunista, como o trabalhismo.

Outra característica do “Momento da Teoria” foi a internacionalização do debate marxista, no qual desempenhou importante papel a nova *New Left* (já sob a direção editorial de Perry Anderson). Johnson lembra que várias correntes teóricas chegaram do continente europeu e como foram assimiladas às velhas tradições inglesas. As correntes de mais difícil assimilação teriam sido três for-

mas diferentes de estruturalismo: o comunismo de Louis Althusser; as correntes lingüísticas e semióticas pós-saussureanas e as propostas de Michel Foucault. Johnson (1981, p. 394-395) destaca problemas em muitas das análises estruturalistas como, por exemplo, a relação entre prática e estrutura, agir humano e determinação, luta e condições sociais. Porém, enfatiza que as proposições estruturalistas mostraram-se politicamente importantes como parte do estudo das relações entre o que Gramsci chamou de “filosofia” e “senso comum” e o que ele chama, recorrendo a duas tradições distintas, “ideologia” e “cultura”.

Ao finalizar, Johnson retoma o mote de sua apresentação e indica as complementaridades e diferenciações entre as tradições estruturalistas e culturalistas. Nesse contexto, acusa o equívoco de *The Poverty...* que, de seu ponto de vista, contribui para reproduzir oposições que já deveriam ter sido superadas: entre teoria e história, história e outras disciplinas, estrutura e determinação, cultura e ideologia, Marx como um economista político e Marx como “historiador”. Assim, conclui Johnson, não basta um simples retorno a Marx, mesmo porque há questões para as quais um marxismo não renovado tem pouco ou nada a contribuir. Para além do althusserianismo, a “tradição da prática histórica marxista” deverá enfrentar o feminismo, as discussões étnicas, etc., para não desaparecer, mas, continuar um extenso processo de apropriação e reestruturação ditado pelo fluxo das novas correntes.

Thompson (1981, p. 396) entra em cena reafirmando as posições apresentadas em *The Poverty...* e não deixa dúvidas sobre sua compreensão da obra. Define-a (1981a, p. 402) como um trabalho de intervenção política claramente dirigido e endereçado à esquerda, uma obra situada na tradição socialista e marxista, particularmente na tradição de *Reasoner*. Concede algumas autocríticas, como, por exemplo, que poderia ter sido menos ácido em relação a Althusser, ou que usou indevidamente o “positivismo” e criticou Popper de forma inadequada. Mas não abdica dos termos da crítica. Assim, Thompson (1981, p. 400-401) contesta as afirmações de Hall e Johnson de que o livro seria um ato de agressão desnecessária, obstando o avanço do “cuidadoso” e “respeitoso” discurso da esquerda teórica. Porém, o “ato de agressão”, ele descreve, pode ser visto de maneira distinta:

Por toda uma década uma campanha teoricista e estruturalista tomou como alvo nossas posições por seus supostos “empiricismo”, “humanismo”, “moralismo”, “historicismo”, vacuidade teórica etc. Esta “campanha” tem oprimido a antiga tradição marxista em sociologia, enraizou-se profundamente na crítica cinematográfica, na arte e na literatura e já ameaça as fronteiras da história. O que estava em risco, então, não era este ou aquele livro meu ou de Genovese (...), mas uma tradição inteira de prática histórica marxista, que jamais foi teorica-

mente vazia e cuja continuidade parece estar sob séria ameaça. Nesse sentido, *The Poverty of Theory* não foi um ato de agressão, mas um contra-ataque a uma década de desqualificação althusseriana. (Grifo no original).

A intervenção de Thompson focaliza dois aspectos principais: a reafirmação da crítica ao althusserianismo, nos mesmos termos apresentados em *The Poverty...*, e um posicionamento claro contra a acusação de “culturalismo”. No primeiro caso, ele retoma as críticas ao absolutismo teórico de Althusser, à sua negação de qualquer ação efetiva no real e a conivência althusseriana em relação à violência praticada em nome do marxismo, favorecendo o florescimento de “vastas áreas de silêncio” em torno do Estado soviético.

Porém, quer nos parecer que, não obstante sua inegável importância no debate, a “questão althusseriana” foi pano de fundo para a refutação definitiva de Thompson ao suposto caráter “culturalista” de sua obra e para a reafirmação da categoria da “experiência” em termos marxistas. Respondendo a Johnson, e talvez antevendo interpretações posteriores, Thompson (1981, p. 396) é enfático: “Rejeito, incondicionalmente, o título de ‘culturalismo’ dado à tradição historiográfica marxista, da qual sou considerado representante”. De fato, é sobretudo a Johnson que dirige suas críticas mais agressivas.

Thompson (1981a, p. 401) lembra que, nos anos de 1960 (quando para Johnson o “culturalismo” teria se estabelecido), ele estava a meio caminho da conclusão de *The Making...* e que o referido período caracterizou-se pela polêmica a respeito do stalinismo e da história econômica positivista, bem como pela crítica – e não a adesão – ao “culturalismo”. Esclarecendo sua posição frente às controvérsias sobre o culturalismo, Thompson (1981, p. 398) lembra os artigos para a *New Left Review* com suas críticas ao livro de Raymond Williams (1961), *The Long Revolution*.⁶ Thompson observa que esses artigos eram uma crítica às pretensões de “história cultural” realizada por Williams, como se fosse a história de “todo um sistema de vida”, e uma crítica em termos de categorias marxistas e da tradição marxista, que oferecia a contraprova de “todo um sistema de luta”, i.e., da luta de classes. Para reforçar sua posição ele menciona trechos de um de seus artigos:

Toda teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura. Devemos supor que a matéria-prima da “experiência de vida” esteja em um dos pólos, e todos os infinitamente complexos sistemas e disciplinas humanos, articulados ou não, formalizados em instituições ou dispersos das maneiras menos formais que “manejam”, transmitem ou distorcem esta matéria-prima, estejam no outro pólo. É sobre este *processo* ativo, que é, ao mesmo tem-

po, o processo através do qual os seres humanos fazem sua história, que venho insistindo. (Grifo no original)

Segundo Thompson (1981, p. 398), não é possível compreender o primeiro dos pólos sem recorrer ao conceito de “modo de produção”, nem ao segundo, sem o conceito de “ideologia”. A seu ver, apesar de existir uma divergência teórica na ‘new left’ em formação, por exemplo entre a história cultural de Williams e a tradição marxista, divergências desse tipo não impediram que os intercâmbios entre as duas tradições fossem frutíferos. Nessas circunstâncias, insiste em seu repúdio à categoria de “culturalismo”, porque a reconhece, não só como uma das críticas equivocadas a ele dirigidas (por Johnson e outros historiadores), mas, especialmente, como mais um muro de silêncio impedindo o diálogo e a troca entre intelectuais. Em suas palavras (1981, p. 404): “Se eu tenho resistido tanto ao estruturalismo e recusado com vigor a tentativa de rotular toda uma tradição de trabalho como ‘culturalista’, é porque não devemos permitir que estes muros absolutistas interrompam nosso debate”.

Um dos pontos mais interessantes da resposta de Thompson (1981, p. 405-406) foi em relação à crítica ao conceito de experiência, articulando-o ao de cultura: “experiência é exatamente o que realiza a junção entre cultura e não-cultura, ficando uma metade dentro do ser social e a outra metade no âmbito da consciência social. Ele as denomina “experiência I – experiência vivida – e experiência II – experiência percebida”. Ao ouvirem a palavra “experiência”, muitos procuram imediatamente a experiência II. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social e passam a afirmar que a “experiência II” é um meio imperfeito e falsificador, corrompido por interferências ideológicas, etc.

Para Thompson o conceito de experiência é um *junction-concept* – conceito mediador. A seu ver, os críticos não quiseram ou se recusaram a examinar esta definição e as distinções que ele e Williams estabeleceram acerca do conceito de *determinação* em seu sentido de “fixar limites” e “exercer pressões”.⁷ Thompson observa também que as regularidades no interior do “ser social”, com frequência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. Thompson lembra trechos de *The Poverty...*:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam

o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam sobre a lei de novas maneiras (...) Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma *experiência* transformada: e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados. (Grifo no original).

Por ser assim, ele argumenta (1981, p. 406), essa é a “única maneira possível para um materialista explicar a mudança histórica com alguma racionalidade”. E acrescenta: “A experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experimentar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia”.

Para Thompson, portanto, o conceito de experiência estabelece a *mediação* entre as relações sociais de produção, o processo de formação de classe, identidade de classe, consciência de classe, hegemonia e luta de classe. Processos e conceitos dialeticamente articulados e que ali se expressam de forma privilegiada. Com uma breve resposta a Philip Corrigan, que compreende a história como uma forma cultural engajada em práticas de regulação, como a lei, Thompson (1981, p. 407) finaliza seu texto:

Nenhuma disciplina intelectual, nenhuma espécie de expressão artística, é uma forma cultural engajada *somente* em práticas de regulação, nem mesmo a lei (...). A História é uma “disciplina” dentro da qual nós lutamos e muitos lutarão depois de nós. Nem estamos sozinhos quando lutamos. Pois o passado não está morto, inerte, confinado; ele carrega os sinais e as evidências das fontes criativas que podem sustentar o presente e prefigurar possibilidade. (Grifo no original).

O tom e a emoção do debate podem ser percebidos nos textos, mas as fitas gravadas os revelam em toda sua dramaticidade. Particularmente a reafirmação de Thompson do caráter político do texto, de ter sido escrito para a esquerda e de seguir a esteira da tradição marxista. Não havia sentido, portanto, discutir com outros interlocutores do “momento da teoria”, tal como definido por Johnson. Seu alvo situava-se no âmbito da esquerda e era, prioritariamente, os estruturalistas althusserianos. O que explica, também, Thompson “ignorar tudo o que aconteceu no pós 1956”, como o acusaram Hall e Johnson. Ou, se quisermos, seu descaso com as tendências pós-estruturalistas e pós-modernas, já presentes nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos no momento da elaboração do texto.

A crítica de Thompson aos *pós* e ao “giro lingüístico” (*linguistic turn*) viria mais tarde, no início dos anos de 1990 – pouco antes de sua morte, já sob o impacto da influência das interpretações culturalistas e lingüísticas na história social inglesa - e, mais uma vez, se faz acompanhar do destaque para a importância da relação entre teoria e prova (evidência). Destacam-se dois momentos desta crítica (Müller, 2002, p. 32-33 e 41):

1. Em *Customs in Common*, Thompson salienta que, para Gramsci, a filosofia comum a todas as pessoas deriva de três fontes: a própria linguagem, que é um conjunto de determinadas noções e conceitos, e não apenas palavras desprovidas gramaticalmente de conteúdos; o “senso comum” e o folclore ou a religião popular. Das três, afirma: “Hoje a maioria dos intelectuais do ocidente não hesita em conceder primazia teórica à primeira (a linguagem), não só por ser o veículo, mas a influência constitutiva sobre a consciência”. Especificamente criticando a historiografia que adere a tal posição, afirma:

Embora a linguagem real (...) tenha sido pouco estudada, entrou na moda presumir que a plebe era determinada pela sua herança lingüística, (...) um verdadeiro *bricolage* de idéias díspares, derivadas de muitas fontes, mas mantidas no seu lugar pelas categorias patrícias. (THOMPSON, 1993, p. 10; grifo no original)

2. Em “Reading the Signs”, Samuel (1992), comentando um antigo *paper* de Thompson, “The Sale of Wives” (incluído em *Customs in Common*), considera que, de certo modo, esse artigo revelaria a adoção da perspectiva pós-moderna por parte de seu autor. Esse comentário causou grande desconforto a Thompson, como se percebe em sua carta-resposta, “Theory and Evidence”, publicada no número 35 de *History Workshop*, onde lamenta a hesitação teórica de Samuel em abordar o problema e critica a influência pós-modernista na historiografia:

No momento [a posição de Samuel] varia entre uma aguda e perspicaz análise e uma bem elaborada revisão dos livros da moda. Nessa última posição ele mostra sinais de capitulação (...) ao subjetivismo da moda e ao idealismo corrente. Essa moda parece que vai durar pelo menos uns vinte anos e seria realmente uma pena que Raphael Samuel e *History Workshop* se submetessem a ela. Triste e totalmente desnecessário, porque a escolha (...) oferecida, um positivismo grosseiro ou um idealismo “plausível”, é completamente falsa. Teoria e evidência devem estar sempre em diálogo entre si. (THOMPSON, 1993a, p. 274-275; grifo no original).

Quiçá tardiamente, Thompson compreende o “subjetivismo da moda” ou o “idealismo plausível” representado pela agenda pós-moderna; percebe a inversão pós-moderna e pós-estruturalista que desfoca o lugar e o papel da *experiência* na construção do conhecimento, dos interesses e das identidades sociais, colocando em seu lugar, isoladamente, a *linguagem* ou a *cultura*.

Müller (2002, p. 30) assinala que seria inadmissível para o historiador aceitar que a experiência fosse “codificada” e aprisionada dentro de um *corpus* de linguagem e de textos, *corpus* tão dominante e onipotente que virtualmente a subsumiria. Da mesma forma, o papel de relevo que Thompson atribui à cultura em suas análises históricas, distancia-se das acepções que lhe têm sido atribuídas por culturalistas de toda feição.

É nessas circunstâncias que, a nosso ver, evidencia-se a radical atualidade de Thompson para os que pensam a pesquisa no campo da História e das Ciências Sociais. Thompson inspira os que compreendem os *atos sociais* como *atos históricos* e os que, nessa perspectiva, descartam a teoria como ‘verdade’ ou ‘modelo’ fictício e assumem o desafio do *conhecimento* como *processo*, dinâmico, provisório e contraditório.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Origins of the Present Crisis, in *New Left Review* 23, Jan/Feb., 1964.
- HALL, Stuart. *In Defence of Theory*, in SAMUEL, R. (ed.) (1981), p. 378-385, 1981.
- HOGGART, Richard. *The Uses of Literacy*. Harmondsworth: Penguin, 1958.
- NAIRN, Tom. The English Working Class, in *New Left Review* 24, March-April, 1964.
- JOHNSON, Richard. *Against Absolutism*, in SAMUEL, R. (ed.) (1981), p. 386-396, 1981.
- JOHNSON, Richard. Thompson, Genovese, and Socialist-Humanist History, *History Workshop Journal*, n. 6, 1978.
- JOHNSON, Richard et al. (ed.). *Working Class Culture: Studies in History and Theory*. London: Hutchinson & Birmingham: University of Birmingham/CCCS, 1979.
- MÜLLER, Ricardo G. Razão e utopia: Thompson e a história. 289f. Tese (Doutorado em História Social). S. Paulo: USP, 2002.
- SAMUEL, Raphael (ed). *People's History and Socialist Theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

SAMUEL, Raphael. Reading the Signs (part I). *History Workshop Journal*, 32, Autumn, 1991.

SAMUEL, Raphael. Reading the Signs (part II). *History Workshop Journal*, 33, Spring, 1992.

THOMPSON, E. P.. The Peculiarities of the English, in *Socialist Register*, 1965.

THOMPSON, E. P.. The Poverty of Theory and Other Essays. London: Merlin, 1978.

THOMPSON, E.P.. *The Politics of Theory*, in SAMUEL, R (ed.) (1981), p. 396-408, 1981.

THOMPSON, E. P.. *Customs in Common*. New York: New Press, 1993.

THOMPSON, E. P.. *Theory and Evidence*, *History Workshop Journal*, 35, Spring, letter, 1993a.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London: Chatto & Windus, 1961.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society: 1780-1950*. Harmondsworth: Penguin, 1963.

WILLIAMS, Raymond et al. (ed.). *May Day Manifesto: 1968*. Harmondsworth: Penguin, 1968.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Cf. Samuel, R. (ed.) (1981) *People's History and Socialist Theory*. O debate é reproduzido no capítulo "Culturalism: Debates around The Poverty of Theory", p. 375-408 - texto que referencia as citações neste trabalho.

² Fundador e editor do periódico *Universities and Left Review*, que se fundiu com *New Reasoner* em 1960, criando a *New Left Review*, da qual foi o primeiro editor. Foi também diretor do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, Birmingham, e professor de Sociologia, *Open University*, com sede em Milton Keynes.

³ Historiador, pesquisador do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, Birmingham. Editor (junto com John Clarke e Charles Chrichter) de *Working Class Culture: Studies in History and Theory*, 1979.

⁴ A repercussão do artigo de Richard Johnson foi intensa. No n. 7 de *History Workshop*, Spring 1979, foram publicadas as réplicas de Keith McClelland e Gavin Williams e cartas de Tim Putnam, Robert Shentom e Tim Mason. No número seguinte, os artigos de Simon Clarke e Gregor McLennan e cartas de Richard Johnson e Garth Stedman Jones.

⁵ Cf. Anderson, P. (1964), Nairn, T. (1964) e Thompson, E. P. (1965).

⁶ *New Left Review*, n. 9 e 10, maio-junho e julho-agosto de 1961, e n. 11, setembro-outubro de 1961, com as páginas que faltaram no número anterior.

⁷ Cf. Williams, R. (1979, p. 89).

ALIMENTANDO A UNIDADE OPERÁRIA: ELEMENTOS DE INTEGRAÇÃO NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DE BUENOS AIRES

Norberto O. Ferreras
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Neste artigo é apresentada uma reflexão sobre os elementos de construção de consenso entre os trabalhadores, neste caso da cidade de Buenos Aires nas primeiras décadas do século XX. O principal elemento analisado é o da alimentação operária e as formas em que a mesma colaborou na construção de uma identidade operária e, ao mesmo tempo, como este elemento foi centro dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores, permitindo o surgimento de uma consciência de classe característica.

Palavras-chave: Trabalhadores – Alimentação – Buenos Aires

Abstract

In this article I will examine some subjects that contributes to the consensus formation among the workers, in this case the city of Buenos Aires in the first decades of the nineteenth century. The most important analyze subject in this article is worker's nutrition and the different ways that contribute to worker's identity.

Key-words: Workers – Nutrition – Buenos Aires

Em tempos de redefinições temáticas, metodológicas e de abordagens, uma pergunta apresenta-se ao pesquisador da classe trabalhadora: O que devemos estudar quando estudamos a classe trabalhadora? A diversidade e a heterogeneidade ou aqueles elementos que unificam, que homogeneizam a classe? Para isto é importante a forma em que vamos a definir o sujeito a ser estudado, o período, os elementos de análise e as nossas fontes. A definição desses elementos será central para o resultado final do nosso estudo. É um pouco evidente mas parece necessário que seja reco-

locado. Vejamos, se o nosso enfoque se restringe a os trabalhadores de uma rama da indústria em rápida expansão num contexto de crise, pode levar a conclusões extremamente otimistas. Pelo contrário, uma profissão que está sendo substituída, mesmo num momento de auge pode dar resultados insatisfatórios para esses trabalhadores, sem que isto se transmita ao coletivo. O mesmo poderíamos dizer do recorte cronológico. Se nos concluirmos o nosso trabalho com um auge paredista a avaliação dos trabalhadores será diferente do caso de deter a análise num momento de crise e desestruturação do movimento trabalhista.

No meu caso me interessei por compreender como foi que diversos grupos de imigrantes, se tornaram primeiro trabalhadores e depois membros da classe operária. O caso que apresento é o da Argentina e, mais especificamente sobre Buenos Aires, entre 1880 e 1920.

Se pudéssemos fazer um corte dos grupos que compunham a classe trabalhadora de Buenos Aires no início do período, os setores subalternos estariam conformados por um grupo de pessoas cuja identidade estaria fora do mundo do trabalho, comportando-se segundo interesses setoriais e individuais e visando a possibilidade de ascensão social. Uma anedota ilustra esta situação: Em 1871, Raymond Wilmart, um refugiado francês e delegado da Internacional dos Trabalhadores (posteriormente conhecida como a Primeira Internacional), enviou uma carta ao seu Secretário Geral, Karl Marx, para explicar as dificuldades na organização dos trabalhadores em Buenos Aires.¹ Ele dizia que a ascensão social era possível e concreta; e que, por isso as organizações trabalhistas não prosperavam. As disputas entre Capital e Trabalho eram rapidamente resolvidas e não passavam de negociações que beneficiavam aos artesãos e jornaleiros. O trabalho era abundante e bem remunerado, e qualquer um que tivesse uma vida regrada e frugal podia reunir um Capital e tornar-se proprietário. Mesmo com refugiados socialistas e republicanos chegados da Europa, era impossível transformar esse país de bárbaros e selvagens num país socialista.

Quarenta anos depois, no final do período delimitado os trabalhadores saíam às ruas manifestações espontâneas e explosivas superavam as forças de organização dos sindicatos e partidos para expressar a sua solidariedade com os seus companheiros de destino mesmo sem conhecer-se entre si, como foi a Semana Trágica de 1919. As greves gerais unificavam nas ruas, as experiências do fragmentado mercado de trabalho, expressando a consciência de classe formada no cotidiano, na vivência de condições de vida determinadas; de um modo de vida, antes que de variáveis objetivas. Em cada grande protesto, os dirigentes apelavam para os problemas da moradia, da alimentação, da saúde, etc. como forma de sensibilizar grevistas potenciais e de superar as diferenças das lideranças.

Este apelo modelou o tipo de manifestação dos trabalhadores desde o início do Século XX. Nos grandes protestos e confrontos – 1902, a *Semana Roja* de 1909, nas greves do *Centenário* de 1910 e na *Semana Trágica* –, o padrão do protesto estava relacionado com o apelo à dignidade e à solidariedade. A desigualdade e a exploração emergiam no cotidiano, ao passo que, no heterogêneo mercado de trabalho, a alta rotatividade ocultava parcialmente o problema da exploração. Pulando de uma oficina a outra, o trabalhador tentava melhorar a sua sorte. Este mercado de trabalho tornou muito difícil a organização trabalhista, mas nos *conventillos*, bairros e *ghettos* proletários a organização era mais simples e segura.² A consciência de classe criada no espaço aberto e público dos cortiços explodia pública e violentamente nas ruas, reforçando a identidade e a pertença a um determinado grupo social.

A imigração não foi um empecilho na conformação de um grupo social único. A falta de bairros étnicos e a circulação dos imigrantes dentro da cidade de Buenos Aires, devido ao mercado de trabalho e habitacional, permitiram o contato dos recém-chegados com os problemas urbanos. Os primeiros momentos dos imigrantes em Buenos Aires devem ter sido os de maior afastamento com os moradores já estabelecidos. Isto tem a ver com as expectativas que trazia o imigrante: expectativas de melhorar de vida, de arranjar uma forma de enriquecer rápido. Passado este primeiro momento as expectativas igualavam-se aos poucos e as perspectivas de melhoras passavam a ser mais limitadas: mudar-se para um *conventillo* um melhor ou alcançar a casa própria.

É difícil pensar que o mercado de trabalho de Buenos Aires tenha sido um fator de coesão da experiência dos grupos que faziam parte do mundo do trabalho urbano. A heterogeneidade das tarefas tinha um denominador comum na precariedade da situação dos trabalhadores nas oficinas e indústrias. Esta precariedade tinha diversas origens. Mas a base da precariedade do emprego estava no estado rudimentar da produção Argentina. A base tecnológica existente demandava um grande número de trabalhadores com uma baixa qualificação profissional, o que facilitava a alta rotatividade da mão-de-obra nas oficinas e indústrias. O mercado de trabalho formou-se com a precariedade e a instabilidade como características principais, e se mantiveram ao longo do período. Este mercado teve dois momentos bem marcados: entre 1880 e 1900 a demanda excedia a oferta de mão-de-obra, tirando os momentos de crise. A partir de 1900, invertiram-se os termos, a oferta excedia a demanda. A instabilidade da mão-de-obra estava relacionada com o caráter sazonal da demanda e a baixa qualificação requerida. Todas as atividades econômicas estavam vinculadas aos ciclos rurais de produção; o auge ou a crise do setor atingiam severamente o resto da produção. Entre 1880-1900, a proporção de trabalhadores em tarefas não permanentes era alta em relação àqueles que estavam empregados permanentemente.³

Se o trabalho não é o elemento de coesão deste grupo social, onde procurá-lo? Será possível que o fator de união estivesse fora do mundo do trabalho? É possível pensar que a experiência da oficina ou da fábrica possa ser contestada ou confrontada por outro tipo de experiência na conformação da classe trabalhadora? Não estamos negando a importância do trabalho como uma experiência vital na vida dos operários, principalmente se pensamos na elevada quantidade de horas de trabalho do período.⁴ Mas a desagregação do mercado de trabalho, a fragmentação das unidades produtivas numa constelação de oficinas, a baixa concentração de operários nos locais de produção e a heterogeneidade dos processos produtivos não conseguiam amalgamar numa experiência comum.

A exploração foi um dos principais componentes da experiência do mercado de trabalho. Mas a exploração não estava restrita ao âmbito do trabalho; pelo contrário, esta é uma condição central nas relações entre capital e trabalho ao longo do período e a mesma intensificava-se em duas situações impossíveis de evitar: na alimentação e na moradia. Aqui podemos procurar outro centro de homogeneização das experiências operárias. O mesmo tipo de alimentação e habitação foram sendo incorporadas como parte de uma identidade comum, a dos explorados e marginalizados da sociedade, construída no em torno dos lucros gerados pela economia agropecuária de exportação.⁵

As condições de vida permitiam unificar o sentimento de exploração comum, atuando como um catalisador que unificava as experiências em suspensão, acelerando o processo de aproximação dos explorados, ao tempo que se estabelecia um modo de vida particular.⁶ O *conventillo* (cortiço) forçava o encontro dos vizinhos em espaços comuns, permitindo o intercâmbio de experiências e sentimentos e alentando as ações coletivas. As lutas pela melhora das condições de vida permitiam identificar a comunidade de interesses entre Estado e Capital, confrontados com os interesses dos trabalhadores e suas famílias. A cada luta iniciada, o sentimento de desigualdade crescia, reforçado pela repressão ou pela venalidade dos funcionários públicos, sempre prontos a auxiliar os empresários das moradias ou aos donos dos inquilinatos. Isto favoreceu a reflexão e o estabelecimento de diferenças entre exploradores e explorados.

Este sentimento de exploração tornava-se mais evidente em certos momentos, mas também diacronicamente. Este foi um processo, não um descobrimento único, que não parava de concretizar-se, sendo um redescoberto permanente. Mas, a condição da exploração teve seus momentos determinantes. No longo prazo, as condições da exploração ficaram cada vez mais evidentes depois da virada do século. A ascensão social estava cada vez mais restrita a quem dispunha de um bom capital inicial. A demanda de mão-de-obra era cada vez mais limitada, sendo necessário para os operários qualificados recorrer a biscates para poder sobreviver.

Os estudiosos do Trabalho na Argentina coincidem em que existe uma classe operária atuando desde finais da década de 1930. Mas como classificar os grupos do período anterior? Alguns historiadores ignoram a questão, fragmentando o sujeito coletivo segundo a sua origem nacional, a atividade sócio-profissional, ou pela opção política. A origem nacional não pode ser negada se pensamos que entre 1871 e 1880 ingressaram na Argentina 260.885 imigrantes, dos quais 87.066 permaneceram em Buenos Aires; entre 1881 e 1890, esta quantidade mais do que triplicou, passando a 841.122 imigrantes, sendo que 278.508 deles optaram por Buenos Aires. O impacto desse grande número de pessoas sobre uma pequena cidade ocasionou sérias complicações urbanas e sociais.⁷ Porém, a origem nacional abarca diversos grupos sociais e não inibe a situação social dos seus componentes. Outros historiadores preferem alargar o grupo de análise abrangendo até as classes médias, aproveitando as possibilidades analíticas abertas pela falta de um recorte definido.

Para os autores que optam pela etnia como forma de definir as identidades durante o nosso período o conceito de classe deve ser rejeitado, alegando que a questão étnica debilita a consciência de classe, sobretudo se patrão e trabalhador tinham a mesma origem nacional e pertenciam a momentos imigratórios diferentes, o que alentava o anseio pela ascensão social. Os pontos de contato entre o pedreiro e o empreiteiro italianos são inúmeros, mas os seus interesses e necessidades são muito diferentes, e muitas vezes, conflitantes. A esperança da ascensão social e as relações étnicas, teriam conformado uma “identidade de classe média” entre os trabalhadores.⁸ Segundo esta interpretação não teríamos mais trabalhadores, unicamente imigrantes que esperam ascender socialmente, tornando-se ricos como o patrão; embora este fosse o dono de alguma pequena oficina, sempre era melhor que ser o empregado dessa oficina. Assim, passava-se a ignorar a sorte dos vizinhos dos cortiços e dos colegas da oficina.

Estes autores refugiam-se na etnia, que perpassa a trama social, e deixam o sujeito estudado irreconhecível, se não fosse pelas referências contextuais. Nesta interpretação é impossível falar de classe, porque a classe não tinha se reconhecido como tal e, por tanto, não era uma classe. Dessa maneira, acabaram metendo pela janela aquilo que tinham expulsado pela porta. Ou seja, definem a questão althusserianamente: como a classe trabalhadora não era uma classe em si, então não era uma classe para si. Em algum momento, poderia até se conformar como classe, mas nunca na virada do século, quando a consciência de classe não era a adequada.

Expliquemos porque é possível falar de classe trabalhadora neste momento. A classe é um processo histórico, não um conceito a ser demonstrado. As classes, como apresenta Thompson no debate com os estruturalistas, não são

categorias abstratas, podendo ser analisadas pelos papéis que os homens representam, à medida que se sentem pertencendo à classe, definindo seus objetivos tanto entre si mesmos como em relação com outras classes. A classe é uma relação entre pessoas, não uma coisa, e ela se constrói a si própria, tanto quanto é construída pelas condições objetivas e pelos seus adversários. A classe é conformada por pessoas que têm a disposição a comportar-se como classe, porque têm os mesmos interesses, o mesmo sistema de valores e um conjunto de experiências comuns sobre a realidade vivenciada e processada culturalmente, o que leva a que se comportem de uma determinada forma, reconhecendo seus próprios interesses, diferentes dos detentores dos meios de produção, ou de reprodução.⁹

Essa comunidade de interesses, contrária aos padrões, pode ser achada em Buenos Aires ao longo do nosso período, principalmente a partir da virada do século. Os trabalhadores atuaram reivindicando direitos que entendiam como próprios, baseados nas ideologias socialistas e anarquistas predominantes. Os direitos sociais não estavam restritos ao âmbito do trabalho e estenderam-se à melhora das condições de vida. Nas situações em que os trabalhadores reivindicavam seus direitos, encontravam-se cercados por uma tríplice aliança: patrão, Estado e comerciantes e empresários da habitação. Estas forças atuavam isoladamente ou em conjunto contra os interesses dos trabalhadores.¹⁰

Falamos em “classe trabalhadora” e não em “classes trabalhadoras”. “Classes” é um termo descritivo, que não esclarece muito a comunidade de interesses que inclui. Amontoa uma série de fenômenos não necessariamente relacionados. Classe, por sua vez, unifica elementos, que se encontram numa série de atitudes e ações unificadas nas práticas cotidianas, ou em momentos excepcionais. Há certos ‘ritmos e intensidades’ no reconhecimento das pessoas como classe. Há momentos, principalmente ao longo do nosso período, em que a classe manifesta-se de uma forma mais evidente, como nos momentos dos grandes conflitos. O ritmo na conformação da classe esteve pautado pelo avanço do Capital e pela sua consolidação como um horizonte permanente. A intensidade, por sua vez, estava marcada por certas ações próprias – como a agitação que antecedeu à greve de inquilinos – ou externas – como as grandes repressões de 1910 ou da *Semana Trágica* –, que permitiram homogeneizar as experiências e imprimir uma marca indelével na formação da consciência de classe.

Isto significa que daqui por diante a classe trabalhadora manteria o mesmo padrão de comportamento? Aqui temos uma questão que têm esbarrado aqueles que negam a classe. Negando a teleologia, terminaram sendo altamente teleológicos. A classe como formação histórica é um processo e, como tal, tem avanços, retrocessos e até mudanças do rumo inicial.

Quanto à reconformação da classe trabalhadora, observamos algumas questões interessantes. Durante o nosso período conforma-se uma classe trabalhadora que podemos denominar como “rebelde”, predisposta a apelar ao confronto nas ruas para obter melhoras. A radicalização desta classe implicava optar pelas táticas do anarquismo ou do sindicalismo revolucionário, e não a do parlamentarismo ou do socialismo como práticas políticas. O mercado de trabalho, a baixa qualificação dos trabalhadores e a cultura do cortiço garantiram ao anarquismo da ação direta a hegemonia da classe. O sindicato era o *locus* da agitação, como depois seria o *locus* da negociação.

Certas mudanças sociais, econômicas e políticas verificam-se no final do período, quando o socialismo aumentam o seu prestígio social e os sindicalistas revolucionários passam a negociar com o Estado como forma de obter melhoras. Os anarquistas permaneceram como o único setor radicalizado. A classe trabalhadora deixa de ser rebelde para ser reformista. A revolta perdeu espaço para o posicionamento no sistema de relações capitalistas. A classe trabalhadora ‘rebelde’ do início do século XX começou a desmanchar-se na próspera década de 1920. As transformações na estrutura produtiva, passando de um sistema produtivo baseado nas oficinas a outro fabril, junto com as transformações no tipo de habitação, às mudanças no sistema político, como o retorno do conservadorismo, e ao impacto decisivo da indústria de massas nos consumos dos trabalhadores, resultaram numa outra classe trabalhadora. Esta sim, reconhecida pelos analistas da história social argentina.

O modo de vida, construído a partir da experiência das condições de vida e do mercado de trabalho, revela um alto grau de autonomia da classe trabalhadora. O Estado pouco ou nada fazia por este grupo social. A intervenção estatal nas condições de vida se produzia em momentos específicos, geralmente quando estas eram intoleráveis para o conjunto da população, ou mais especificamente, quando parecia ameaçar a ordem pública. A mesma acontecia nos conflitos sociais que derivavam destas condições, ou daqueles originados no âmbito do trabalho, espalhando-se ao conjunto da população. As denúncias dos reformistas sociais ou dos organismos estatais, destinados a atender a questão social, praticamente não sensibilizaram as autoridades, a não ser nos últimos anos da década de 1910, com a mudança na natureza do Estado.

As atitudes e posições destas pessoas tinham fortes elementos em comum. Como se produziu esta mudança? Como foi que o povo se transformou em classe? Analisaremos o caso da alimentação para apresentar a transformação do povo em classe e a superação da etnicidade na conformação da classe.

Desde este ponto de vista Buenos Aires é um local interessante. Como a principal cidade portuária de um país formado por imigrantes, não deixou de ser o

local de encontro de culturas diferentes. Desde o início do século XIX, foram vários os grupos de imigrantes que chegaram nesta cidade para desenvolver atividades produtivas e comerciais. Inicialmente foram os genoveses, napolitanos, irlandeses, escoceses, franceses, alemães, espanhóis e portugueses os que chegaram a Buenos Aires, levando na bagagem¹¹ – e não unicamente em termos culturais – suas tradições culinárias. Em Buenos Aires, como num caldeirão, foram sendo jogados os diversos ingredientes destas culturas.

A cidade, qualquer cidade, neste caso Buenos Aires, é o local do encontro e do sincretismo culinário. A cidade é central neste processo e não unicamente pela interação cultural, mas também pela circulação dos produtos e das receitas entre os diferentes estratos sociais. Por exemplo, a cozinheira levava receitas à mesa do patrão e retirava alguns ingredientes. A origem das cozinheiras, profissão integralmente feminina na Buenos Aires do período, deve ter permitido a educação culinária dos portenhos nas distintas cozinhas em interação.¹² Este processo foi horizontal e vertical, e sempre de mão dupla.

A mulher desempenhou um papel central na constituição da dieta operária e na sua difusão. Era ela a responsável direta pela alimentação, pelo tipo de consumos familiares e, ainda, pelas estratégias para organizar o orçamento familiar. Isto nos leva a prestar atenção à questão do gênero e às estratégias montadas pelas indústrias e pela comercialização de alimentos, pero também a considerar a dimensão de classe destas mulheres.¹³

A cozinha portenha foi conformada por meio do intercâmbio de produtos e tradições entre grupos sociais variados e diversos, foi o resultado do encontro e da hibridização. Um gênero alimentar pode ser a expressão de uma região, mas uma receita é o resultado do encontro de produtos de diferentes locais. A cozinha é o espaço em que isto se concretiza, e isto diz respeito à questão da identidade.¹⁴

Na questão da alimentação têm prevalecido as análises de formação da identidade étnica, principalmente se tratando de uma cidade como a Buenos Aires da grande imigração, na qual conflui uma enorme quantidade de pessoas. Nesta cidade os argentinos deixaram de ser a maioria absoluta da população para passar a ser a primeira minoria, sendo a segunda os italianos. Os portenhos, eram uma ilha num mar de imigrantes e migrantes. Poderiam fazer valer os seus costumes? Prevaleceriam aquelas dos recém-chegados? Segundo alguns autores, a marca étnica na alimentação era inevitável. No caso de Buenos Aires, esta marca era a da Itália.¹⁵

Na visão multiculturalista, ainda que com uma carga de valor diferente, o imigrante teria mantido a segregação voluntariamente, como forma de diferenciar-se dos nativos. A abordagem multiculturalista proposta por esta visão leva-nos a dois tipos de imobilismo: o já mencionado, da “natureza-cultura” alimentar, e,

por extensão, à imutabilidade dos grupos étnicos, que permaneceriam inalterados e sem experimentar nenhum tipo de mudanças, ainda que em condições de contato intenso com outros grupos étnicos, no caso; com tradições culinárias contrastantes. Nosso argumento tem outra perspectiva. A etnicidade deve ser analisada como um processo e não como dada. Os encontros e confrontos com outras culturas tendem a reforçar certos aspectos da bagagem original e a descartar outros, mantendo a etnicidade numa situação de constante invenção e reinvenção.¹⁶

É possível que um grupo subalterno tenha se tornado culturalmente hegemônico? Por que outras cozinhas não tiveram a mesma capacidade de irradiação? A cozinha italiana é a cozinha por excelência, aquela que consegue atingir todos os gostos? Os imigrantes italianos podem ter resistido os embates assimilativos do Governo e das classes médias? Qual marca seria mais forte, a da etnicidade ou a da classe?

Esta italianidade culinária seria um conjunto heterogêneo de elementos de várias partes da Itália junto a outros de origem local. O caráter étnico da cozinha teria sido redefinido com o tempo. Este processo superou o nosso período de estudo e coincide com o renascer das etnicidades e, ao mesmo tempo, com a recente crise socio-econômica da Argentina, que favoreceu este processamento das identidades.

Em termos gerais, as fontes concordam que era difícil distinguir os imigrantes pela origem. Os que se podiam distinguir facilmente eram os recém-chegados. Estes resistiam um tempo antes de abandonar os seus costumes. Esta prolongação inicial dos costumes originais era um estado passageiro e logo passavam a incorporar os consumos locais. Embora os processos pudessem ser mais ou menos demorados, segundo a etnia, é possível pensar numa assimilação externa relativamente rápida dos imigrantes.¹⁷

A imigração era avaliada pelo próprio imigrante como um fenômeno temporário e reversível. Depois de reunir algum dinheiro, voltaria à sua terra para tornar-se proprietário. Temos que lembrar que quase 50% dos imigrantes italianos que chegaram à Argentina retornaram.¹⁸ Então, a imigração, como processo e como expectativa, fez com que os costumes fossem mantidos por um tempo, de acordo com a evolução desse processo. Os napolitanos, por exemplo, eram vistos como extremamente frugais. Esta frugalidade estava relacionada com a expectativa de um pronto retorno, pelo que tentavam não aficionar-se à carne e outras iguarias.¹⁹

Os que se integravam mais rapidamente eram os espanhóis; os italianos demoravam um pouco a acompanhar esta tendência. Assim, podiam ser reconhecidas por algumas características alimentares que tornavam evidente as determinadas regiões dos imigrantes: os napolitanos cheiravam a alho e vinho, os genoveses a *pesto*, os piemonteses comiam legumes crus, queijo e pão, entre outros. Do mesmo modo, outros grupos nacionais não italianos também podiam ser reconhecidos pela alimentação.²⁰

Porém, certos fatores complicavam a manutenção dos costumes. Em primeiro lugar, a oferta do mercado de alimentos estava direcionada aos consumos existentes. Em segundo, a irrupção das manufaturas e do processo de industrialização da alimentação que deslocaram as produções tradicionais. Em terceiro, as dificuldades na elaboração doméstica dos alimentos pela falta de espaço nas habitações. Em quarto, a falta de utensílios de cozinha adequados para o processamento dos alimentos em casa. Em quinto, o alto número de homens que moravam sozinhos e preferiam comer nos restaurantes populares, comprar comidas prontas ou preparar o prato popular, o *puchero*. Em sexto, a necessidade da mulher de trabalhar, fora ou dentro da casa, para complementar a renda, o que tirava tempo dos afazeres domésticos. Em sétimo, e relacionado com o anterior, na cidade de Buenos Aires a quantidade de mulheres sempre foi menor que a dos homens, unido ao fato que as mulheres argentinas sempre foram a maioria das mulheres.

A somatória de todos os fatores mencionados atentava contra a continuidade dos costumes. Mesmo procurando consumir os produtos próprios, ou pelo menos criar um caráter *italiano* para determinados pratos locais, a alimentação do imigrante teve que ser recriada no meio de um turbilhão. Se a vida do imigrante estava em transformação, por que não os seus costumes alimentares? A industrialização e o papel da mulher foram decisivos nestas transformações, tanto na Itália quanto na Argentina.

Para as mulheres imigrantes, continuar com os consumos originários exigia todo um esforço, difícil de manter. Geralmente, quem não tinha uma casa própria não tinha cozinha própria. Isto é central para manter costumes alimentares que demandam uma certa elaboração. Para aqueles que viviam em *conventillos* ou num barraco pequeno, era vantajoso centrar a alimentação naqueles gêneros que não requeriam muita elaboração. Por isto prevalecia o *puchero* e a polenta.²¹

As donas de casa “criollas” elaboravam os alimentos deixando-os ferver um tempo, enquanto a comida ficava pronta, elas desenvolviam seus trabalhos assalariados. No *conventillo* existiam dois tipos de comida: aquelas à base de fervuras ou as cruas. Mas as saladas e as verduras podiam escassear ou ficar caras e, nesse caso, as opções eram *puchero* e polenta.²²

A hegemonia do *puchero* e da polenta entre os italianos produzia uma certa monotonia alimentar, quebrada nos dias de folga ou de celebração do ciclo da vida doméstica, quando as famílias reuniam-se para comer juntas. Nestes momentos voltavam os consumos europeus, como o vinho e os pratos regionais. Poderíamos dizer que a cozinha étnica era uma cozinha festiva, e não do dia a dia. Nestas situações emerge o caráter étnico da alimentação, retornando aos consumos consuetudinários da Itália. O domingo, o dia de folga ou aqueles de celebração da vida doméstica eram os momentos de encontro por excelência.

Não unicamente com parentes, vizinhos e amigos, mas também com os próprios membros do grupo familiar. Nestes dias os gastos eram maiores e apareciam certos consumos, como o vinho ou as carnes de porco ou de ovelha.²³ Sem rejeitar pratos de outras tradições, no âmbito do cotidiano ou das festividades, a reconstrução da maneira mais precisa possível dos costumes consuetudinários era uma forma de manter vivos os elementos que ajudavam a manter a identidade. Esta tentativa de manter um elo de continuidade com os velhos costumes familiares e regionais era rarefeita pela tendência à fusão das tradições alimentares.²⁴

Os trabalhadores italianos acostumaram-se com o *puchero*, que era preparado até no local de trabalho, como pelos operários das estradas de ferro, reparadores de rua, catadores de lixo e outros que trabalhavam em turmas. Deixavam fervendo carne, água e os demais ingredientes enquanto continuavam com as tarefas. Uma vez pronto o *puchero*, ou uma sopa, comiam todos juntos. Os trabalhadores solteiros que moravam juntos também podiam fazer uma comida coletiva e baratear os custos da alimentação. A comida coletiva, logicamente, era o *puchero*.²⁵ Os trabalhadores das fábricas e oficinas que não tinham tempo ou condições de fazer um *puchero* ou uma sopa tinham que se contentar com frutas, pão, queijo ou um frio.²⁶

A conformação de uma cozinha é um processo. Neste processo, a industrialização teve uma grande incidência, tanto na Europa – local de saída – como na América – local de chegada. As reações contra a alimentação processada não seriam um fato coetâneo à industrialização. Não há evidências para pensar assim, ao menos para o nosso período. Pelo contrário, a industrialização possibilitou novos e maiores consumos. Do pão ao leite, do vinho à carne, todos estes e outros produtos passaram a ser produzidos em massa, com novas formas de armazenamento e com novas tecnologias nos transportes e na conservação.

Não podemos esquecer que os locais de partida dos imigrantes estavam atravessando uma série de modificações alimentares, e não unicamente devidas ao processo de industrialização e à incorporação de novos cultivos. A unificação da Itália contribuiu para a livre circulação das pessoas e dos produtos e para a integração das diversas tradições culinárias.²⁷ A chegada a Buenos Aires não significava um ponto final nas mudanças culinárias, mas o início de processos de adaptação a outros produtos e técnicas de elaboração, que estavam sendo experimentadas não só na Argentina, mas também na Itália.

No século XIX, a Itália incorporou novos produtos agrícolas, que chegaram a modificar o tipo de alimentação existente. Na Calábria começaram a ser cultivados pimentões; na Sicília foram introduzidos os cítricos por franceses e ingleses. O mesmo acontecia com os legumes. O grão de bico deixou as mesas das classes abastadas para ser consumido pelos pobres. Mesmo com os novos

produtos, as carências continuavam a ser profundas. O maior consumo de alguns gêneros era compensado pelas perdas de outros. Isto aconteceu no Piemonte ao longo do século XIX: cresceu o consumo de cereais e diminuiu o do vinho.

Além das transformações próprias da Itália, os imigrantes se defrontaram com a realidade da Argentina, que tinha suas peculiaridades. A mudança na América foi de *mentalidade*, quebrando o elemento mais resistente do passado: a alimentação.²⁸ Além dos novos elementos incorporados os imigrantes se depararam com uma maneira diferente de alimentar-se, baseada num amplo leque de produtos processados industrialmente – enlatados ou resfriados – e de produtos que chegavam de regiões afastadas, transportadas pela extensa rede de estradas de ferro que permitiam fugir dos ciclos sazonais e manter um abastecimento permanente de produtos alimentares em Buenos Aires. Duas culturas alimentares estavam aproximando-se: a cultura da escassez dos imigrantes e a cultura da abundância dos nativos.²⁹

Outra novidade foi o salário. No âmbito urbano, este deixou de ser um complemento da renda familiar, para passar a organizar o orçamento. Praticamente todos os consumos estiveram organizados pelo salário.³⁰ O mercado, como fonte de abastecimento, e o salário, como organizador dos consumos, dão o caráter de classe à alimentação popular portenha. O salário favoreceu os intercâmbios culinários ou a manutenção das tradições, através do mercado. Os trabalhadores urbanos e rurais passaram a ter contato freqüente com o mercado ao qual tiveram que recorrer para conseguir seus alimentos. A autoprodução foi sendo relegada, principalmente pela falta de espaço no âmbito doméstico. A experiência do mercado estava sendo desenvolvida já na Itália, não sendo uma novidade para os imigrantes das zonas rurais que chegavam à América. A novidade está na extensão da experiência do mercado a todos os consumos familiares. Já não era uma questão marginal, era central para o abastecimento.

A adaptação não era unívoca. Os italianos introduziram parte dos seus costumes, condicionada pelas modas e costumes locais. Por outro lado, não podemos esquecer que o deslocamento dos imigrantes do norte para o sul ocasionava uma série de deslocamentos culturais. Temos que lembrar que muitos dos rituais anuais, religiosos ou pagãos, como o Natal, o Ano Novo, a Páscoa e outros estavam relacionados com as mudanças de estações e a celebração das mesmas. Não podemos deixar de pensar no estranhamento cultural produzido pela readaptação destes rituais na estação oposta. Este é outro tema que merece maiores pesquisas.

É importante lembrar o caráter de classe da alimentação. A alimentação é um elemento de tensão e conflito, pelo qual se filtra a marca da classe. As dificuldades das donas-de-casa das famílias trabalhadoras não podem ser minimizadas; as limitações na compra de alimentos não podem ser esquecidas. O salário é

um elemento definidor do caráter de classe da alimentação. Sem outros rendimentos que os salários dos membros do grupo familiar, atingir o *minimum* necessário para a reposição da força de trabalho passou a ser um dos pilares principais da experiência operária. Daí o grande número de conflitos abertos entre classes abastadas e trabalhadores na cidade de Buenos Aires, fosse visando a elevação dos salários ou a contenção da alta dos preços dos consumos básicos.

A alimentação é um campo de conflitos. Alguns deles foram abertos e levaram ao confronto nas ruas, nos periódicos e no Parlamento os trabalhadores e as forças da Ordem – o Estado ou as classes proprietárias. Mas os enfrentamentos também tiveram um caráter menos evidente e mais dissimulado: a adoção de determinados pratos, por exemplo o *puchero*, que inicialmente foi um símbolo de distinção entre os nativos e os estrangeiros, tornou-se o símbolo da classe trabalhadora.³¹ À medida que as classes abastadas podiam ter acesso a novos produtos mais sofisticados, geralmente importados, os trabalhadores tiveram que se contentar com aquilo que estava acessível e a baixo preço.

Os limites estabelecidos dos proprietários podiam ser desafiados mediante a alimentação. Certos aspectos da alimentação popular invadiam o espaço dos poderosos. A abundância e o acesso a recursos que pareciam pouco apropriados para os trabalhadores levaram a conflitos simbólicos entre os diversos grupos sociais. Sem esquecer conflitos gerados na América entorno alguns consumos, como o alto consumo de álcool. Os imigrantes sofreram preconceitos pelos seus consumos, como a comida italiana, por exemplo, alguns pratos, como o *pesto*, ou alguns dos ingredientes, como o alho.

A alimentação permite analisar a questão da homogeneidade e heterogeneidade da classe trabalhadora. Partindo desse elemento, é possível estabelecer a dinâmica existente entre questões objetivas e subjetivas e a ação das mesmas na configuração e reconfiguração de uma identidade e de uma consciência particular, diferente daquela de outros grupos sociais. Não é fácil determinar as formas, os ritmos e a intensidade da homogeneização de um grupo social, ou como falamos anteriormente, da sua desestruturação.

A alimentação, tal como foi analisado neste artigo, nos permite refletir sobre um processo do ponto de vista da construção da cultura da classe. Adriano Duarte nos lembra da possibilidade da utilização do conceito de *comunidades imaginadas* de Benedict Anderson, no seu artigo sobre a construção do bairro como comunidade.³² Este conceito, trazido para dentro dos estudos do trabalho por Duarte, permite refletir sobre a forma em que os trabalhadores podem ter-se considerado a si próprios. Como indivíduos partilhando uma experiência, neste caso da exploração, com outros indivíduos que nem mesmo conhece, mas que são reconhecidos como pares na luta pela melhoria das condições de vida.

Os protestos por solidariedade, mencionados no início, tem a sua contraparte nesta construção cotidiana de uma identidade e de uma cultura em comum. O bairro, a moradia, a alimentação, os consumos, o lazer, são os pontos de partida para chegar a uma cultura mais vasta e abrangente, própria de um determinado grupo social. Neste caso tentamos mostrar como a alimentação pode ser um elemento de aglutinação, de reconhecimento entre os trabalhadores.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ "Carta de Raymond Wilmart a Karl Marx" International Instituut Voor Sociale Geschiedenis (IISG), Amsterdam, INVENTAR DES MARX-ENGELS NACHLASSEN, BRIEFE AN MARX, D. 4604.

² Sobre o mercado de trabalho Vide ROMERO, Luís Alberto 'Questione urbane, immigrazione ed identità: I lavoratori a Buenos Aires e Santiago del Cile verso il 1900' IN: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio e PEPE, Adolfo (a cura) "La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina (1870-1970)" Milano, Teti edit., 1994, págs. 233 a 235

³ Segundo Eric Hobsbawm uma grande oferta de trabalhadores não qualificados e um alto grau de heterogeneidade no mercado de trabalho correspondem a economias em processos de industrialização rápida, o que acontecia em Buenos Aires, vide HOBBSAWM, Eric "La era del Imperio, 1875-1914 " Buenos Aires, Crítica, 1998, págs. 125 e 131. Sobre a conformação do mercado de trabalho em Buenos Aires SÁBATO, Hilda e ROMERO, Luis Alberto "Los trabajadores de Buenos Aires. La Experiencia del Mercado: 1850-1880" Buenos Aires, Sudamericana, 1992, págs. 144 a 169. Sobre as condições do mercado de trabalho na Argentina entre 1880-1920 Vide ADELMAN, Jeremy 'The political economy of labour in Argentina. 1870-1930' IN: ADELMAN, J. (Ed.) "Essays in Argentine Labour History. 1870-1930" London, The Macmillan Press, 1992, pág. 14; e CORTÉS CONDE, Roberto "El progreso argentino. 1880-1914" Buenos Aires, Sudamericana, 1979.

⁴ Embora em diminuição ao longo do período, só nos últimos 5 anos caíram para valores que oscilavam entre 8 e 9 horas MUNCK, Ronaldo et alii "Argentina: from anarchism to peronism. Workers, unions and politics, 1855-1985" London, Zed Books, 1987, pág. 75.

⁵ A hipótese das condições de vida homogeneizando a experiência dos trabalhadores em ROMERO, L. A. Op. Cit., págs. 234 a 235.

⁶ Sobre a construção de um modo de vida partindo das condições de vida Vide THOMPSON, E. P. "A formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II. A maldição de Adão" Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 (1ra. ed. em inglês: 1963), pág. 37.

⁷ REPÚBLICA ARGENTINA, DIRECCIÓN GENERAL DE INMIGRACIÓN "Resumen estadístico del Movimiento migratorio en la República Argentina. Años 1857-1924 " Buenos Aires, 1925.

⁸ MÍGUEZ, Eduardo 'Tensiones de identidad: Reflexiones sobre la experiencia italiana en la Argentina' IN: DEVOTO, F. e MÍGUEZ, E. "Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada " Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, 1992.

⁹ Para uma abordagem abrangente durante o nosso período vide HOBBSAWM, E. La era del Imperio.... Op. Cit., pág. 141. Para uma análise teórica THOMPSON, E. P. "A formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade "Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (1ra. ed. em inglês: 1963), pág. 10; e THOMPSON, E. P. 'As peculiaridades dos ingleses.' IN: "As peculiaridades dos ingleses e outros artigos" Campinas, Unicamp, s/d (1ra. ed. em inglês: 1978). pág. 62.

¹⁰ Thompson identifica duas: Estado e patrão. Aqui, pela importância que damos às condições de vida na formação da classe identificamos um terceiro termo: comerciantes e empresário da vivenda num sentido amplo. THOMPSON, E. P. A formação... Vol. II... Op. Cit., pág. 23.

¹¹ Sobre a bagagem como bem cultural Vide CACOPARDO, María Cristina e MORENO, José Luis 'El

"equipaje" del migrante italiano en la Argentina: un intento de conceptualización en torno al origen regional' IN: "Estudios Migratorios latinoamericanos. N°20" Abril 1992, pág. 152.

¹² Segundo Emilio Daireaux, não tiravam muito mais que uns poucos ingredientes. A cozinheira, como trabalhadora independente, estava encarregada das compras da casa e aqui fazia sua diferencia. Vide DAIREAUX, Emilio "Vida y costumbres en el Plata. Tomo I: La Sociedad Argentina " Buenos Aires, Félix Lajouane Edit., 1888, págs. 174 e 175.

¹³ Sobre o papel da mulher da classe trabalhadora na sociedade de consumo Vide BENSON, John "The rise of consumer society in Britain. 1880-1980" London, Longman, 1994, pág. 23.

¹⁴ Cf. CAPATTI, Alberto e MONTANARI, Massimo "La cucina italiana. Storia di una cultura" Roma – Bari, Ed. Laterza, 1999, pág. ix. Sobre a constituição da cozinha argentina ARCHETTI, Eduardo P. 'Hibridización, pertenencia y localidad en la construcción de una cocina nacional' IN: ALTAMIRANO, Carlos (Ed.) "La Argentina en el Siglo XX" Buenos Aires, Ariel-UNQ, 1999.

¹⁵ Enfatizamos a questão da italianidade por ser o principal grupo de imigrantes e pelo grande número de pesquisas voltadas à alimentação do imigrante.

¹⁶ Cf. SCHNEIDER, Arnd 'Ethnicity, changing paradigms and variations in food consumption among Italians in Buenos Aires' IN: "Altreitalia N° 7" Torino, Fond. Agnelli, gennaio-giugno 1992, págs. 85 e 86. Paola Corti propõe estudar a invenção e reinvenção da etnicidade, CORTI, P. 'Emigrazione e consuetudini alimentari. L'esperienza di una catena migratoria' IN: "Storia D'Italia. Annali 13. L'alimentazione" Torino, Einaudi, 1998, pág. 691.

¹⁷ Visões similares e complementares desta questão são as BRYCE, James "La América del Sud. Observaciones e impresiones" The MacMillan Company, 1914, pág. 399; FOERSTER, R. Op. Cit., págs. 270 e 271; SANTIGOSA, Carlos María "El Río de la Plata. Montevideo, Buenos Aires (Recuerdos de viaje)" Sevilla, Heraldico Sevillano, 1906, pág. 182; e UNSAÍN, Alejandro "Condición económica de las clases obrera. Boletín del Departamento Nacional del Trabajo N°21" Buenos Aires, Imp. Alsina, Noviembre de 1912, pág. 300.

¹⁸ Vide CACOPARDO, M. C. e MORENO, J. L. Op. Cit., pág. 153.

¹⁹ DAIREAUX, E. Op. Cit.... Tomo I, págs. 162; PASCARELLA, Luis "El conventillo (novelas de costumbres bonaerenses)" Buenos Aires, Tall. Gráf. La Lectura, 1917, pág. 87; e UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE "Annual Series N°1147. Diplomatic and consular papers on trade and finance. Argentine Republic. Report for the year 1892 on the General Condition of the Argentine Republic" London, Her Majesty Stationery Office, 1893, págs. 72. A observação é estendida ao resto dos italianos Vide HOLDICH, T. Op. Cit, pág. 50; e 'Letter from Mr. McDonnell to Granville' IN: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE "Political and other Departments before 1906. Buenos Ayres – Later Argentine Republic. Mr. McDonnell, Commercial. 1871".

²⁰ Cf. LUPATI, Cesarina "Vita Argentina. Argentini e italiani al Plata, osservati da una donna italiana" Milano, Fratelli Treves editori, 1910, pág. 119; e ESTRADA, Santiago de "Viajes y otras páginas literarias" Buenos Aires, Estrada, 1949, (1ª ed. 1900), pág. 112.

²¹ Cf. 'Los obreros y el trabajo. Los conventillos. XX' IN: "La Prensa" Buenos Aires, 8/IX/1901, pág. 4; e PASCARELLA, L. El conventillo... Op. Cit., pág. 12.

²² ESTRADA, S. Op. Cit., pág. 114.; LOMBROSO FERRERO, Gina "Nell'America Meridionale (Brasile, Uruguay, Argentina)" Milano, Frat. Treves, 1908, pág.351; MANE 'Non esiste' IN: "L'Avvenire. N°38" Buenos Aires, 16/1/1898.

²³ Desde o tipo de consumo até os excessos destes dias são mencionados em várias passagem do seu romance por PASCARELLA, L. El conventillo... Op. Cit., págs. 28, 31, 51, 54, 55 e 88 a 91.

²⁴ CORTI, P. Emigrazione e consuetudini alimentari... Op. Cit., págs. 687 e 711. Entre os consumos descritos nas festas do conventillo, aparecem carnes, vinhos e refrigerantes, o mate e mencionado como um aperitivo. Vide PASCARELLA, L. El conventillo... Op. Cit., pág. 89.

²⁵ Vide CLARK, Edwin "A visit to South America" London, Dean & Son, 1878, pág. 129; 'Los obreros y el trabajo. El gremio de los pintores. Situación penosa. Escasez de trabajo. Los ladrilleros. Remuneración insuficiente. La vida en los hornos. XVIII' IN: "La Prensa". "5/IX/1901, pág. 5; e 'Los obreros y el trabajo. Revista de gremios. Baja general en los jornales. La proporción de los desocu-

pados. Pavimentadores, fideeros, cigarreros, veleros, alfombristas, alpargateros, bronceros, caleros, marmoleros, curtidores, doradores, encuadernadores, maquinistas, marítimos. XXI' IN: "La Prensa" 12/IX/1901, pág. 5.

²⁶ Vide a Conferência de Gabriela L. de Coni pronunciada no dia 22/07/1902 na Sociedade Unione Operai Italiani Apud CONI, Emilio 'Contribuciones a la historia de la legislación obrera argentina. II' IN: "Boletín del Museo Social Argentino. Tomo VII. Nº 81-84" Buenos Aires, 1918, pág. 693.

²⁷ A melanzane a parmigiana (berinjela à parmigiana), prato muito apreciado pelos napolitanos, data do período da grande imigração. Cf. ORTOLEVA, Peppino 'Tradition and abundance. Reflections on Italian-American foodways' IN: "Altreitalie Nº 7 " Torino, Fond. Agnelli, gennaio-giugno 1992, pág. 64.

²⁸ Cf. BEVILACQUA, Piero 'Emigrazione transoceanica e mutamenti dell'alimentazione contadina fra otto e novecento' IN: "Quaderni Storici Nº47" Ancona e Roma, Agosto 1981, pág. 543 e 544.

²⁹ Ortoleva chama a atenção para esta questão no caso dos italianos meridionais que emigravam para os Estados Unidos. Na Argentina a abundância pode ser diferente das expectativas dos imigrantes, porém a deficiência básica, a carne, era abundante nestes dois pontos de arribo. Cf. ORTOLEVA, P. Op. Cit., pág. 61.

³⁰ Cf. BEVILACQUA, P. Op. Cit., pág. 530; e ORTOLEVA, P. Op. Cit., pág. 63.

³¹ Sobre o abandono do puchero pelas famílias abastadas Vide DAIREAUX, E. Op. Cit.... Tomo I, pág. 152; e HURET, J. La Argentina.... Op. Cit., pág. 23 e 440.

³² DUARTE, Adriano 'Os sentidos da comunidade: nota para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural' IN: "Trajetos No2" Fortaleza, UFC, 2002. O conceito de comunidade imaginada é de Benedict Anderson, veja-se ANDERSON, Benedict "Comunidades imaginadas" México, FCE, 1993.